

**Minuta da ata da 52ª reunião extraordinária do comitê de bacia  
hidrográfica do Acaraú**

Ao primeiro dia do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco, ocorreu 52ª Reunião Extraordinária do CBH- Acaraú, estiveram reunidas 24 entidades membros às 08:30h, no Centro de Educação a Distância de Sobral - CED, localizado na Rua Iolanda P. C. Barreto, 138, Derby Clube, Sobral, CE, CEP 62042-270. Além dos representantes do comitê do Acaraú, estiveram presentes 61 pessoas. As entidades membros são as que seguem: Iracelma Julião, titular da ADAGRI; Valdemir Mesquita de Sousa, suplente da Câmara de Vereadores de Santa Quitéria; José Camilo de Araujo, titular da Câmara de Vereadores de Marco; José Chaves Neto, titular da Câmara de vereadores de Cariré; Francisco Henderson Gomes, titular da prefeitura de Groaíras; Cristiane de Sousa Lopes, titular da Associação Maria Aldina Rodrigues Caxias; Patrícia Frota, titular da UVA; Mayara Carantino, titular do IFCE; Francineide Mendes e Wagner Paiva, titular e suplente do Sindicato de Agricultores e agricultoras familiares e trabalhadores rurais de Groaíras; Maria Odete Secundo, titular da Associação Comunitária dos Moradores Remanescentes Quilombolas de Curralinho; Jose Camilo Freitas, titular do Sindicato de Agricultores e agricultoras familiares e trabalhadores rurais de Marco; José Almir Barros titular do Sindicato de Agricultores e agricultoras familiares e trabalhadores rurais de Morrinhos; José Roberto Ximenes, titular da Associação Comunitária Cultural e esportiva de Riacho das Carnaúbas, Várzea da Maniçoba, Cajueiro e Veados; Emanuelle Rocha, suplente da Cáritas Diocesana de Sobral; Renata Costa, titular do Sindicato de Agricultores e agricultoras familiares e trabalhadores rurais de Sobral; João Batista do Nascimento, suplente do Sindicato de Agricultores e agricultoras familiares e trabalhadores rurais de Massapê; Ana Paula Nascimento, titular do Conselho Indígena Tremembé de Queimadas; Antônio César Silva Lopes, titular da Associação Comunitária dos Moradores Remanescentes Quilombola de Alto Alegre Morrinhos; Luísa Nascimento de Melo, titular da Associação indígena Tabajara Serra das Matas; Francisca Zélia Sousa, titular da CAGECE; Rosa de Lourdes Carneiro Paula, suplente da VOTORANTIN; Samuel Texeira de Sousa e Carlo Augusto Moura Cavalcante, titular e suplente da Colônia de Pescadores Profissionais Artesanais e Aquicultores Z-75; Francilene Lima, titular da Associação Comunitária Tomás Severiano da Silva; Francisco Antônio Gomes, Titular da Associação dos Moradores do Trapiá; Ronaldo Moraes do Nascimento, titular da Associação Comunitária Nossa Senhora da Conceição. Pela Cogerh estavam o gerente, Hiago Siqueira, o coordenador da gestão participativa, Leandro Araújo, Adriana Oliveira, Meirilane Lira, Genario Fonseca, Dayane Andrade e Gerardo Silva. A pauta da reunião é a que segue: – Aprovação da ata da 78ª Reunião Ordinária e informes; I Seminário “Justiça Ambiental: impactos do modelo de desenvolvimento sobre povos e territórios” – Renato Roseno; Visita a uma Área Verde no bairro Antônio Carlos Belchior. Patrícia Frota, representante da UVA e presidenta do CBH Acaraú, abriu a reunião dando as boas-vindas e deixou registrado dois casos de feminicídio, a tragédia do CEFET do Rio de Janeiro do feminicídios de uma professora e uma psicóloga, e no final de semana infelizmente tivemos outro caso, de uma jovem que foi atropelada e arrastada pelo ex-companheiro e teve as suas pernas mutiladas, entre tantos casos que vemos nas notícias no Brasil o tempo todo, então a gente tem uma pesquisa nacional que fala sobre a violência contra a mulher, ela revela que tem 3,7 milhões de brasileiras que sofreram algum tipo de violência em 2025 e o ano nem terminou ainda. Dessas violências foi presenciada por outras pessoas, e 70% tinha a presença de crianças. Além de dados de violência

52 muito elevadas nós também temos dados de omissão. Cada dia que passa esses dados  
53 são mais alarmantes e mais preocupantes. É importante que esse comitê tenha uma  
54 cultura de combate a violência contra mulheres e meninas. Patrícia Frota ressaltou que  
55 é importante darmos visibilidade as mulheres nos espaços em que estamos. Patrícia  
56 Frota disse também que a maioria das pessoas à frente das prefeituras e câmara de  
57 vereadores são homens. Patrícia Frota disse que queria deixar a solidariedade a Ana  
58 Paula Tremembé de Queimadas, representante do comitê, que em uma reunião duas  
59 semanas atrás passou por uma situação de destrato, de violência e de grosseria  
60 imensa na presença de representantes de órgãos do estado e do governo federal, e  
61 deixou o meu repúdio enquanto representante da UVA e deixou também a minha  
62 solidariedade e apoio a todas as funcionárias, técnicas e servidoras do sistemas de  
63 gestão de recursos hídricos, que fazem toda a logística para que a gente tenha essas  
64 reuniões, que fazem articulação de carros, de contatos, para que estas mulheres que  
65 estão aqui, elas merecem o nosso respeito e não passar por nenhuma situação de  
66 constrangimento nas reuniões. Patrícia Frota disse que continuemos atentos e atentas  
67 combatendo todo tipo de violência. Em seguida Patrícia Frota colocou para apreciação  
68 do plenário a ata da 78ª Reunião Ordinária, a qual foi aprovada por unanimidade. Em  
69 seguida Patrícia Frota deu informe sobre a participação dela e da professora Mayara  
70 Carantino do IFCE, no simpósio de recursos hídricos, do dia 23 a 27 de novembro, o  
71 custeio foi o recursos do PROCOMITÊ, conforme os recursos aprovados no começo do  
72 ano, e nós participamos de algumas mesas e alguns debates relacionados a injustiça  
73 hídrica, política nacional de recursos hídricos, questões climáticas, foram várias mesas  
74, que para a nossa surpresa trouxeram esse debate, a gente esperava um debate mais  
75 voltado para a área da engenharia, vazões, modelagens, mas a gente teve lá algumas  
76 mesas que se destacaram por fazer discussões para questões relacionadas ao racismo  
77 ambiental, a injustiça hídrica, as comunidades tradicionais e seus territórios, então  
78 participamos até a quarta-feira e retornamos na quinta de manhã para Sobral, foi uma  
79 atividade muito boa e foram apresentados dois trabalhos durante o evento. Patrícia Frota  
80 encaminhou para a leitura e apreciação da plenária da Moção de Apoio do CBH  
81 Acaraú à Criação do Parque do Angicos no Loteamento Boa Vizinhança I em Sobral-  
82 CE. Mayara Carantino leu a moção de apoio e apreciada pela plenária foi aprovada por  
83 unanimidade. A seguir a Moção de Apoio: Moção de Apoio do CBH Acaraú à Criação  
84 do Parque do Angicos no Loteamento Boa Vizinhança I em Sobral-Ce. Este documento  
85 trata de uma **Moção de Apoio do CBH Acaraú**, no âmbito dos objetivos e diretrizes da  
86 Política Estadual de Recursos Hídricos, bem como de suas atribuições, a criação de  
87 uma Área Protegida com área total de 18.195,77 m<sup>2</sup>, localizada na Avenida Isabela  
88 Moreira Gomes, Área Institucional I, Loteamento Moradas da Boa Vizinhança, Bairro  
89 Antônio Carlos Belchior. Esta **Moção de Apoio do CBH Acaraú**, tem como fundamento  
90 a presença de um corpo hídrico e de vegetação ciliar significativa, caracterizada como  
91 Área de Preservação Permanente (APP) na área citada. Conforme o Inpe, 278.299  
92 focos de incêndios florestais foram contabilizados no Brasil em 2024. É importante  
93 destacar que ao longo de 2024, os onze satélites de monitoramento detectaram um  
94 total de 81.957 focos de calor no estado do Ceará e Sobral aparece em 8º lugar no  
95 ranking dos municípios cearenses. De acordo com o monitoramento de satélite  
96 realizado pela Funceme, em outubro de 2025 foram detectados 1.532 focos de calor  
97 sobre o território cearense, valor cerca de 40% acima da média histórica do mês (1.089  
98 focos). Em comparação com o mesmo período de 2024, que registrou 1.169 focos,  
99 observa-se um aumento de aproximadamente 31% nas detecções, refletindo uma  
100 maior incidência de queimadas em relação ao ano anterior. No ranking nacional de  
101 registros de focos de calor, o Ceará ocupou a sétima posição, piorando a situação  
102 quando comparado ao resultado de 2024. Entre as macrorregiões de Bacias  
103 Hidrográficas, a Bacia do Acaraú é a que apresenta o maior número de focos do estado,  
104 com destaque para os municípios de Sobral e Santa Quitéria que ocupam  
105 respectivamente o 3º e 4º lugar no ranking dos municípios cearenses em relação aos  
106 focos de calor ao longo de outubro de 2025. O desmatamento aumenta a

vulnerabilidade das áreas verdes, que deixam de atuar como barreira natural. Segundo o mais recente levantamento do Observatório do Clima, quase metade das emissões nacionais em 2023 teve origem na destruição de vegetação nativa. Não se trata apenas de gás carbônico na atmosfera, mas o desmatamento também interfere no ciclo da água, o que é possível constatar quando a vegetação é retirada e o solo impermeabilizado, o ciclo se rompe pois o ar fica mais seco, a frequência das chuvas diminui e aumenta o risco de eventos extremos como secas e enchentes. Destacamos que são objetivos da Política Estadual de Recursos Hídricos (Lei nº 14.844/2010) compatibilizar a ação humana, em qualquer de suas manifestações, com a dinâmica do ciclo hidrológico, de forma a assegurar as condições para o desenvolvimento social e econômico, com melhoria da qualidade de vida e em equilíbrio com o meio ambiente. Entre as diretrizes da Política Estadual de Recursos Hídricos estão a integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental, além da integração do gerenciamento dos recursos hídricos com as políticas públicas federais, estaduais e municipais de meio ambiente, saúde, saneamento, habitação, uso do solo e desenvolvimento urbano e regional e outras de relevante interesse social que tenham inter-relação com a gestão das águas. Os Comitês de Bacias Hidrográficas – CBH, são entes regionais de gestão de recursos hídricos com funções consultivas e deliberativas. De acordo com o inciso I do Artigo 46, compete aos Comitês de Bacia promover o debate de questões relacionadas a recursos hídricos e articular a atuação com entidades interessadas. Num sistema onde tudo está interligado, desde o ciclo hidrológico local até as mudanças globais mais severas, é lamentável que ações de supressão da cobertura vegetal sejam implementadas. As áreas verdes possuem relevante função ambiental, pois contribuem para a qualidade da água, do ar e são abrigo de fauna e flora. Diante desse contexto o CBH Acaraú se manifesta contrário às ações de supressão de mata ciliar na Bacia Hidrográfica do Acaraú repudiando ações que comprometem as Áreas de Preservação Permanente na Bacia. Finalizamos este documento com a Moção de Apoio do CBH Acaraú à Criação do Parque do Angicos no Loteamento Boa Vizinhança I em Sobral-CE. Em seguida Patrícia Frota apresentou o convidado para o debate, Renato Roseno, advogado graduado pela Universidade Federal do Ceará, servidor público federal, Analista de políticas sociais e deputado estadual, com grande contribuição nesse tema da Justiça ambiental, ela deu boas vindas e passou a palavra para ele. Renato Roseno agradeceu a gentileza do convite, a professora Patrícia me solicitou para eu falar sobre Justiça Ambiental, que é um conceito relativamente recente na ciência ecológica e também no direito. Ele disse que há pouco tempo fez uma viagem para uma região glacial, no sul da Argentina, e para aquelas pessoas o aquecimento global ele é palpável e sentido a olho vistos na escala do tempo biológico dos seres humanos, em algumas partes do planeta sociedades humanas já estão vivendo, num espaço de uma década, alterações extremas do meio ambiente. Uma das maiores cidades do mundo Déli, na Índia, esse ano deu cinquenta e três graus, no Rio de Janeiro deu cinquenta graus, aquela chuva que deu no Rio Grande do sul, foram 600mm em 72 horas, aquela cidade do Paraná que um tornado que destruiu a cidade. Não há para a ciência dúvida, há para a política, mas não há para a ciência dúvida de que nós estamos sob emergência climática, a ciência tem tratado assim. Há um aumento da temperatura média dos oceanos e da acidificação dos oceanos que tem uma alteração muito grande em todo o clima, na produção de oxigênio, no equilíbrio da biodiversidade, inclusive na possibilidade de termos efeitos hoje que se quer sabemos as consequências. Os colegas que estão aqui da Universidade, da Funceme, da Cogerh, tem um conjunto de dados importantes, nós precisamos respeitar a ciência, quem não avançou foi a política, mas a ciência tem nos dados absolutas provas e informações de que as atividades econômicas que estão sendo desenvolvidas desde a revolução industrial para cá, são atividades econômicas que fizeram uma alteração no clima do planeta. Nós temos aqui trinta graus no Everest, que é o topo do mundo, quem imaginava que as neves eternas do Everest iriam se degelar, mudanças climáticas que fazer perder até 99% da vegetação da

caatinga até 2060, esse dado da Unicamp é estarrecedor para nós. A caatinga foi muito subvalorizada no Brasil, as universidades passaram a descobrir a caatinga muito tardiamente, inclusive o seu potencial de captura de carbono, para captação de gases de efeito estufa e para a produção de oxigênio. enchentes na Argentina, 3000 pessoas evacuadas, desastres climáticos aumentaram 250% nos últimos 4 anos no Brasil. Não há dúvida que estamos sob emergência, e se estamos sob emergência o que precisamos fazer? Eu vou falar as palavras mitigação, reparação e adaptação para falarmos de justiça ambiental, como nós já estamos sob emergência será necessário que todos os nossos municípios, nós precisamos nos adaptar as mudanças pois haverá eventos extremos que nós viveremos. Nós habitamos o semiárido mais populoso do planeta com 42 milhões de pessoas, e o Ceará entre os estados, é o que tem a sua maior porção em semiárido, se eu estou dizendo que há emergência climática, e essa emergência climática é causada por atividades econômicas do último século e meio, da revolução industrial para cá, e que essa emergência climática altera profundamente, de maneira inconsequente, isto é, eu não consigo prevêê tudo o que pode vir a acontecer, por exemplo o degelo do permafrost que é aquela camada gigantesco de solo e água no polo norte que está congelada há milhares de anos, os cientistas nos alertam que o degelo do permafrost pode elevar e gerar um efeito em cadeia de mais metano na atmosfera, mais aquecimento, lançar organismos que estão congelados há milhares de anos e que a gente não sabe qual será a consequência se entrarem em contato com seres humanos, e isso pode causar uma nova onda de pandemias, o professor Carlos Nobre disse que a gente viveria duas pandemias por década, nas próximas décadas. O que são eventos extremos? são eventos climáticos de altíssima intensidade, os cientistas dizem que pode vir uma espiral inconsequente, significa dizer que pode acontecer muita coisa que não está prevista, por exemplo ninguém em sua consciência acharia que o teto do mundo, o Everest, bateria em trinta graus, ninguém acabaria isso. Então a primeira medida é de adaptação, a segunda é de mitigação, a gente precisa evitar acelerar a destruição. É muito importante nós termos plano de mitigação, de reparação e de adaptação. E nós estamos igualmente afetados pela emergência climática? Somos todos afetados, mas não na mesma medida. Injustiça ambiental, é o desequilíbrio, a assimetria, a injustiça causada por fatores socioeconômicos, culturais, históricos na resposta ao ambiente. Quando a gente fala de justiça ambiental, a gente fala de um conceito necessário para a gente entender que nem todo mundo é afetado da mesma maneira. Segundo esse mapa do IBGE de riscos de desastre naturais que já está desatualizado 15 anos, os novos mapas já colocam o Ceará inteiro na área de risco. O Ceará inteiro estaria elevado, alto ou muito alto para desastres naturais. Quem é que vai morar em beira de rio, que mora em área alagável, quem vai morar em encosta, quem é que vai morar em área que não tem água, onde a água é escassa, é o mais pobre ou o mais rico? O mais pobre. A gente está falando de assimetrias, por exemplo, comunidades quilombolas, comunidades camponesas, comunidades indígenas, os sem-terra, os sem teto, quando a gente olha de perto a humanidade que é tão diversa, a gente vê essa diversidade a partir dos seus territórios. Os territórios são sacrificados. Uma vez eu visitei uma fábrica de solda caustica na Índia, por que os ingleses tiraram as suas fábricas de solda caustica e colocaram nas suas ex-colônias? Na Índia por exemplo. Por que os suecos tiraram as fábricas de celulose da Suécia e colocaram na fronteira do Uruguai com o Brasil? Na ciência ecológica se chama zona sacrificial, esse conceito foi atualizado pelos norte-americanos como zona de sacrifício. As atividades econômicas buscam territórios com menor regulação ambiental, com standards menos exigentes e com menor resistência social, e governos que atraem essas atividades econômicas. o governo do Uruguai colocou muito dinheiro para chamar a maior fábrica de celulose do planeta, por que celulose é muito poluente, os Suecos não queriam essa fábrica perto deles, e colocaram no Uruguai que tinha muita água, e muita terra, e o governo do Uruguai se encantou com a ideia de empregos por exemplo. Essa cantilena de governos que se encantam com essa conversa de milhares de empregos soa parecido com algo para vocês? Evidentemente esse é o nosso

problema. Eu não estou querendo dizer aqui que nós temos que congelar a economia, mas que nós temos que pensar que já estamos sob a emergência climática, e que nós temos que saber o seguinte, nós vamos gastar muito dinheiro para fazer adaptação, será muito dinheiro. O que é um evento extremo para o semiárido? Talvez não seja uma chuva de 600 milímetros, talvez seja uma seca de vinte anos. vocês já pensaram o custo social, humano de deslocar milhões de pessoas por causa de uma seca de vinte anos?! A ACNUR, que é a agência de refugiados da ONU já trabalha com um novo conceito de refugiado, que é o refugiado climático, a gente tem isso na memória por que a gente sabe o que é um refugiado climático, é o antigo nordestino, o nosso bisavô, por exemplo o meu pai é de 1946, e teve uma seca grande em 1950, lembra que o meu avô teve que ir para o Piauí trabalhar como feitor de estrada, fugindo da seca em Amontada, agora imagina isso multiplicado numa escala gigantesca, o que será de nós? A gente vai gastar muito dinheiro com adaptação climática, a gente vai gastar muito dinheiro com mitigação, a gente precisa piorar o que está ruim? Essa é a pergunta que está sobre as cabeças dos nossos dirigentes políticos. Eu passei 10 dias na COP, participei dos eventos oficiais e paralelos, é impressionante porque tinha 1600 representantes credenciados da indústria de petróleo, tinha mais representantes da indústria de petróleo do que muitos países juntos, é claro que eles atrasaram o início da transição e o fim dos combustíveis fósseis. Tem a mineração que se apresenta como uma atividade econômica que pressiona muito o Ceará por causa da eletrificação dos veículos e que estão atras das nossas reservas de lítio, e mineração gasta muita água, não é pouca água. Um amigo físico diz que o papel da ciência é apresentar os dados, quem vai decidir as soluções é a sociedade, é a política, as estruturas de governança. Quem governa o mundo são as corporações, a corporocracia, as 14 grande petrolíferas do mundo tem mais poder do que vários estados nacionais. Segundo a Funceme o Ceará tem 11% já desertificado, um dado alarmante, não é mais semiárido, é árido, o que que é árido? Não chove. Isso resultado de manejo agrícola equivocado, desmatamento, pecuária extensiva. Boa parte do Ceará está susceptível a desertificação. A Bahia está pior, o oeste da Bahia por conta da pressão da criação de gado bovino e o cultivo da soja, está bem pior. Eu vou pegar um caso, que é o caso de Santa Quitéria e em homenagem aos companheiros de Santa Quitéria que estão aqui eu vou falar sobre isso. O mundo está sob emergência climática, essa emergência climática não vem do universo, ela é produzida por atividades humanas, são atividades humanas de um século e meio aproximadamente que contribuem para o aumento da temperatura média do planeta e que alteram o clima, no caso Brasileiro temos desmatamento, agricultura, mineração. No caso cearense, o inventário que a SEMA fez muito interessante e tem que ser lido, ela publicou durante a COP 30 o inventário de gases de efeito estufa, segundo esse trabalho o Ceará aumento 166 % as suas emissões, com aumento líquido de 24%, e o principal indicador de emissão foi o uso da terra. Esse inventário é dos últimos cinco anos, ele faz um balanço das emissões no Ceará de 2018 a 2023. Na convenção do clima existe uma sigla chamada NDC, que é uma carta de compromisso dos países apresentam para reduzir suas emissões de gases de efeito estufa e enfrentar as mudanças climáticas. O Brasil apresentou para 2035 a sua carta de NDC e afirma que vai reduzir em 24% até 2035, mas isso depende da adesão dos estados e municípios e não tem como o Ceará não está nessa conta, São Paulo por exemplo com aquela grande quantidade de indústrias, e os estados da Amazonia legal. Se os estados da Amazonia legal não ajudarem a conter o desmatamento as nossas emissões não vão diminuir. E aí eu trago o caso da mineração no Ceará, no caso de Santa Quitéria, em áreas de mineração há uma grande liberação desse metal, através do processo de lavra do urânio, são 118 milhões de toneladas de colofanito, uma mistura de urânio e fosfato. por que eu estou trazendo isso para cá? Porque é um caso que está perto da gente e facilita entender o que seja justiça ambiental. Vamos falar de justiça ambiental, quando eu estou falando de justiça eu preciso saber para quê e para quem, aí eu pergunto, cortar árvore gera riqueza? Para que e para quem? Para o madeireiro pode gerar, para

quem comercializa a madeira pode gerar. Cortar árvore sem manejo florestal adequado pode causar uma grande injustiça ambiental para quem mora na floresta por exemplo. Minerar pode gerar riqueza? Para quê e para quem? Eu já falei de zona sacrificial e agora vou usar outro conceito que é externalidade ambiental negativa, é quando eu produzo uma determinada atividade e essa atividade produz uma variável externa que vai impactar negativamente alguém. Vamos pensar o seguinte, a pessoa que vive da árvore, ela não vai mais ter a árvore para viver porque uma madeireira chegou e cortou, uma pessoa que precisa da água ela não vai mais ter a água porque foi usada para uma outra atividade econômica, estou falando de zona de sacrifício e externalidade ambiental negativa para falar de justiça ambiental, os sujeitos historicamente vulnerabilizados, camponeses, sem-terra, sem teto, indígenas, quilombolas, eles sofrem mais as externalidades ambientais negativas, não é o topo da pirâmide que sofre, é sobretudo quem está na base da pirâmide. O projeto de Santa Quitéria ele está vinculado a retirar urânio, produzir fertilizantes para o grande agronegócio que faz pressão para essa produção, tem a mineração que faz pressão para o urânio para a produção de novas usinas nucleares no nordeste brasileiro, há uma previsão de produzir energia nuclear no Vale do São Francisco. A gente precisa usar outras fontes de energia, sim precisamos. A gente precisa usar energia nuclear? A nossa melhor usina nuclear está a milhões de anos luz, é o sol, ela está numa distância segura e chega energia aqui suficiente. ao invés de fazer desmatamento de milhares hectares caatinga. Teve um escândalo em Portugal, porque no norte de Portugal desmataram 32 hectares para fazer uma usina fotovoltaica, aqui no Ceará desmataram 8 mil hectares e não teve nada. Já pensou o Brasil poderia ser referência em microgeração distribuída, colocar placa em canal, colocar placa em cima de parede de açude, placa em cima de casas, mas as corporações não querem microgeração distribuída porque não é um problema tecnológico é um problema político. As corporações querem ter domínio sobre a cadeia da energia, não querem que na casa da Luísa ela tenha uma placa fotovoltaica para se libertar da corporação, porque todo mês vai ter a conta da luz. Na COP 30, além das empresas de petróleo tinha empresas de energia nuclear, e vendendo como limpa. Em Santa Quitéria o processo da mineração de urânio gera poeira e gás, esse gás ele vai ser disperso pelo vento, se depositando em telhados, animais, plantações, açudes. A água que passa pelas pilhas e lagoas de rejeito, contaminando água subterrânea, rios, lagoas e açudes. Eu sei que o consórcio esteve recentemente numa reunião do Comitê do Curu, dizendo que a água seria reaproveitada, a escala de tempo não é uma escala pequena, não são poucos anos para a descontaminação da água. Existe um parecer técnico enviado ao ministério público elaborado por nossos pesquisadores que fala dos impactos da mineração de urânio. Renato Roseno relembro as tragédias de Mariana e Brumadinho, e disse não querer isso perto de nós. Vale a pena esse tipo de atividade econômica? Eu acho que a gente tem que combater a pobreza e superar a miséria, nós temos 4 700 milhões de cearenses abaixo da linha da pobreza. A questão é como podemos fazer para desenvolver atividades econômicas que possam fazer para enfrentar a pobreza para enfrentar a miséria, mas de uma maneira racional, porque isso não é racional na minha avaliação. Nós estamos falando de 800 mil litros de água por hora, são 89 carros pipas enfileirados por hora, e quem deu essa informação foi o proponente do projeto, e o governo de estado disse que tem documento atestando a segurança hídrica, respeito todos os servidores da SRH e Cogerh, eu mesmo sou servidor federal, ressalto que não existe nenhuma avaliação moral de técnico e de servidor, mas existe um documento do governo do estado do Ceará assegurando segurança hídrica. A gente precisa correr esse risco? O Ceará tem 19 bilionários e tem mais de 4 milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza, nós precisamos distribuir riqueza. Tem-se que ter maneiras de produzir riquezas em harmonia com a natureza respeitando os saberes e alinhando de maneira democrática. Não adianta um modelo econômico que produz riqueza desprezando o povo e a natureza. Na prática a palavra desenvolvimento ela esconde crescimento econômico concentrado, em nome do desenvolvimento houveram a

destruição de vários ecossistemas nossos. No caso da mineração em Santa Quitéria no parecer da universidade houve um subdimensionamento da área afetada, o proponente apresentou ao órgão licenciador uma área afetada subdimensionada, é como se o proponente estivesse dizendo que não vai atingir tanta coisa assim, e nós dizemos que vai sim. Os povos e Comunidades Tradicionais foram invisibilizados nesse processo principalmente os das bacias do Acaraú, Banabuiú e Curu. O Brasil é signatário da convenção 169, que diz que qualquer coisa que atinja indígenas tem que ter consulta prévia, livre e informada. Agora vou falar como advogado, não houve a consulta prévia, livre e informada, então a convenção 169 da qual o Brasil é signatário, não foi respeitada. Então não dá para estarmos numa sociedade democrática que não respeita a lei, pois a lei é o parâmetro que assegura o direito, para quem mais precisa do direito. Após a exposição do Renato Roseno Patrícia Frota passou a palavra para a plenária se manifestar e ressaltou que a segurança hídrica falada pelo governo ainda não chegou a Aldeia Tremembé de Queimadas. Renato Roseno disse que esse é um caso clássico de injustiça ambiental. Valdemir Mesquita (Pé de Mola), vereador de Santa Quitéria, disse que sobre esse projeto da mineração, que é projeto do capital é contrariar as nossas comunidades, e temos aqui a presença da Colônia de Pescadores que é o coletivo que será bastante prejudicado caso esse projeto venha acontecer. Não tem como a gente trocar as nossas ações de produção de alimentos por um projeto que só visa o lucro e a destruição ambiental. E a gente fica feliz com a contribuição do Renato que tem sido parceiro já há muitos anos. Cecilia Feitosa, assessora do mandato do Renato Roseno, bióloga e pesquisadora integra o laboratório aquático da UFC, disse que a região de Santa Quitéria é uma região rica em biodiversidade e que a unicidade de conservação de Itatira seja ampliada porque a área está subdimensionada, deveria ser uma área muito maior por conta de uma grande quantidade de espécies que estão ameaçadas. Ela ressaltou que iria falar do parecer acadêmico popular que foi construído e formalizado no âmbito das audiências públicas, estamos num momento decisivo pois o IBAMA está em processo de licenciamento, e está se vendendo a ideia de que o licenciamento está concedido e não há nem licença prévia ainda. A empresa ainda não respondeu as solicitações feitas pelo IBAMA. Onde a INB se constituiu ela deixou um rastro de contaminação e câncer. Lá em Poço de Caldas/MG na década de setenta, lá em Caetité na Bahia, a plataforma DESCAS tem lá, ciclo de violações de direitos em Caetité na Bahia. Lá em Caetité não se compra mais a produção de alimentos por conta da contaminação e no nosso caso são pelo menos três bacias, a do Acaraú, Curu e Litoral. Cesar da ACOMARQ, disse que o poder financeiro não está preocupado com a realidade, o poder financeiro só está preocupado em lucrar e mais nada e não podemos nos calar diante disso, eu moro numa comunidade Quilombola que fica em Morrinhos, nós passamos por vários problemas de exploração, as torres que passa a energia de alta tensão, a 150 metros da nossa comunidade tem a exploração de pedras, tem uma pedreira que espalha a fuligem para a comunidade, e a gente tem que acordar, quando eu fui contra a implantação dessa pedreira lá, quase me batem pois disseram que ia gerar renda e emprego, mas isso é enganação gente, não gera renda para nós. Gera renda para os milionários. Para gente resta doenças, fatalidades e perda dos nossos. Então não caiam nessa estória que vai ser para beneficiar, não tem benefício para os menos favorecidos, o benefício é para quem está em cima do topo do setor econômico. Eli Briseno, mestrando em geografia, disse que no Congresso Brasileiro de Agroecologia, uma questão muito debatida que é o carbono, o capitalismo elegeu um vilão, que é o carbono, e hoje se trabalha a questão de zerar carbono, então se trabalha esse projeto desenvolvimentista para gente e dizem que só zerar o carbono, então o movimento agroecológico denuncia essa questão, é uma preocupação do movimento para que a gente se atente que não é só assim, pois esse modelo desenvolvimentista traz uma problemática social e ambiental. Patrícia Gomes de Queimadas, filha de um ex-trabalhador da mineração de urânio, e que morreu de câncer, e por isso é importante dizer que isso não ocorre de imediato, mas ao longo do tempo. Ela disse ainda que o

382 Brasil não tem solução para o lixo radioativo como no caso de Poço de Caldas em  
383 Minas Gerais. Ana Paula, Indígena Tremembé de Queimadas de Acaraú, disse que a  
384 problemática da falta de acesso a água já vem desde 2014, e já foram varias reuniões  
385 com parceiros, FUNAI, DNOCS e organizações indígenas para tratar desse assunto e  
386 até o momento não recebemos uma resposta plausível, necessária e resolutive desse  
387 problema, temo 84 famílias sofrendo com a falta de água, impedindo a nossa produção,  
388 e estamos no meio do perímetro irrigado dentro do nosso território, já fizemos duas  
389 outorgas. Recentemente estivemos no DNOCS e fomos muito mal recebidas, eu fiquei  
390 muito chateada e chorei na frente de todo mundo pois fiquei chateada com o tratamento,  
391 a falta de respeito, inclusive não deixaram a gente falar, e o que a gente quer é o direito  
392 a vida digna. Renato Roseno disse ser solidário a Ana Paula, e disse também não saber  
393 que ela tinha sido destrutada nessa reunião. Patrícia Frota relatou que tem uma  
394 comunidade Quilombola na bacia do Coreaú, a comunidade de Timbaúba, que fica as  
395 margens de um açude monitorado, que não tem água tratada e nem banheiro, não tem  
396 o básico que é um direito humano. Elieuda da comunidade Quilombola de Timbaúba,.  
397 disse que são uma comunidade ribeirinha do açude Várzea da Volta, e que a água  
398 chega sem tratamento para as pessoas, com lodo e capa rosa, nós não somos  
399 visibilizados no município de Moraújo. Moesio Mota, representando o João Alfredo pelo  
400 IDACE, agradeceu o convite, e disse ser muito importante os comitês debaterem essa  
401 questão das mudanças climáticas tão urgente e importante. Almir Barros do sindicato  
402 de Morrinhos parabenizou Renato Roseno pela palestra e disse que seria muito  
403 importante que essas discussões acontecessem também nos municípios, porque estes  
404 são também responsáveis pela justiça ambiental. Almir pediu para o Renato falar sobre  
405 o retrocesso que tivemos sobre a liberação das licenças ambientais pelo congresso  
406 nacional. Arnaldo Rodrigues, vice presidente do comitê do Coreaú, agradeceu o convite  
407 e a possibilidade de conhecer o Renato, uma pessoa que pensa parecido com a gente,  
408 e dizer que mesmo eu sendo de outro comitê contem com nosso apoio, e estamos  
409 juntos. Luísa Canuto, Indígena Tabajara da Aldeias Serra das Matas, agradeceu ao  
410 Renato Roseno pela presença, e disse que o comitê do Acaraú era agraciado em ter  
411 uma presidenta como a Patrícia, e disse que abraça essa causa com unhas e dentes,  
412 em defesa da vida e da mãe da natureza. Em seguida Renato Roseno retoma a palavra  
413 para fazer suas considerações, agradeceu todas as falas. Renato Roseno disse a  
414 questão que foi direcionada a ele, que é a do congresso , como eu disse Eli e Almir,  
415 não foi a ciência que retardou foi a política que retardou, a ciência entende que se  
416 precisa de mais proteção ambiental, e não de menos , porque nós já estamos em  
417 emergência climática , faz seis anos que eu tenho um projeto de lei sobre emergência  
418 climática , e faz seis anos que a FIEC pressiona para não aprovar o meu projeto porque  
419 o Ceará seria o primeiro estado a colocar em forma de Lei estadual metas de redução  
420 gases de efeito estufa .Nos últimos cinco anos o Ceará piorou na emissão de gases  
421 de efeitos estufa , o Ceará não contribuiu com o Brasil para atingir o MDC(contribuição  
422 nacionalmente determinada). O congresso nacional, é antipovo e antinatureza. A maior  
423 bancada é a do agro, dos ruralistas, são mais de 316, e não é à toa que eles aprovaram  
424 o pacote do veneno e o desmonte do licenciamento ambiental. Então não tem outro  
425 jeito se não a pressão popular, e em outubro de 2026 tem que mudar o congresso. Nós  
426 servidores vamos ser atacados pela reforma administrativa, me diga quem é o prefeito  
427 que vai fazer concurso podendo fazer seleção temporária de dez anos?! Vai acabar  
428 com concurso e vai acabar com a estabilidade. É só bola nas costas que esse  
429 congresso dá, atrasou a isenção do IR, não quis tributar os mais ricos, bets , bancos,  
430 bilionários, fintechs, desmontou o licenciamento ambiental O que cada um de nós está  
431 disposto a fazer, porque não vai mudar se a gente não fizer um grande movimento  
432 cívico para alterar a composição do congresso, não é partidário, é um movimento cívico.  
433 Ainda há um grande esforço comunicacional que diz que as atividades econômicas são  
434 boas porque em tese gera crescimento, será que todo crescimento é bom? Um  
435 crescimento que gera câncer é bom? Para cada um dólar gasto no Brasil em agrotóxico,  
436 o SUS gasta 1,28 dólares no tratamento de intoxicação aguda, não estou nem falando

de intoxicação crônica, e os agrotóxicos não pagam imposto, se você for comprar remédio para febre você paga 17 % de ICMS, mas se você for comprar o herbicida glifosato você não paga imposto, o Brasil renúncia 20 bilhões de imposto de agrotóxicos. Renato Roseno disse que ia terminar falando de afeto ao território pois a família dele é desse local, esses empreendimentos não tem afeto pela natureza, minha memória afetiva era a da minha avó plantando milho e criando galinha de capoeira, minha avó guardava semente de feijão de corda num vidro verde e tapava com breu, é importante que a gente valorize esses saberes, eles são importantes. Não é negando a ciência, mas existe uma tecnologia social robusta, que é a casa de sementes, as cisternas, mandala, biodigestor, etc, e elas não fazem aumentar o PIB, nós temos que mudar a régua, a régua não pode ser só o crescimento do PIB, veja vender remédio para câncer faz o PIB crescer, você quer isso? Não! Eu prefiro um PIB menor, mas uma população mais saudável, essa é a questão que temos que deixar para as próximas gerações, temos que mudar a régua de análise do desenvolvimento. Renato Roseno agradeceu o convite e disse estar disponível para outras participações. Patrícia Frota disse que a reunião ainda tinha a última atividade que era a visita a área verde no bairro Belchior, e organizou os grupos e carros para a saída e informou que depois da visita voltaríamos para o almoço. Sem mais nada a tratar deu-se por encerrada a reunião. Eu, Adriana Oliveira, redigi essa ata. A seguir as deliberações: 1- Aprovação da ata da 78ª Reunião Ordinária; 2- aprovada a Moção de Apoio do CBH Acaraú à Criação do Parque do Angicos no Loteamento Boa Vizinhança I em Sobral-Ce